



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ACTA NÚMERO 167/XIII/3.ª SL

Aos 11 dias do mês de julho de 2018, pelas 16:30 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Apreciação e votação de atas;**
2. **Apreciação e votação do relatório sobre a COM (2018) 375 - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que «estabelece disposições comuns sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu Mais, o Fundo de Coesão e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, e regras financeiras para estes Fundos e o Fundo para o Asilo e a Migração, o Fundo para a Segurança Interna e o Instrumento de Gestão das Fronteiras e dos Vistos» (a remeter à CAE até 31 de julho)**  
Deputado relator: Carla Tavares (PS);
3. **Discussão conjunta do Projeto de Resolução n.º 1700/XIII/3.ª (PCP) - «Recomenda ao Governo que assegure a gestão dos equipamentos sociais da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, e garanta o vínculo público dos respetivos trabalhadores e do Projeto de Resolução n.º 1755/XIII/3.ª (BE) - Recomenda ao Governo que diligencie para encontrar uma solução que mantenha disponíveis as duas creches e os três ATL da Junta de Freguesia do Centro Histórico do Porto»;**
4. **Discussão do Projeto de Resolução n.º 1545/XIII/3.ª (PCP) - «Combate a precariedade e assegura a integração efetiva dos trabalhadores das diferentes Sociedades Polis na Agência Portuguesa do Ambiente»;**
5. **Ratificação das votações indiciárias ocorridas em sede de Grupo de Trabalho - Deficiência: Projeto de Lei n.º 456/XIII/3.ª (CDS-PP);**
6. **Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 189/XIII/2.ª, da iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores de Call-Centers - «Regulamentação da actividade profissional de trabalhador de Call-Center, no sentido de ser considerada como profissão de desgaste rápido»**  
Deputado relator: Tiago Barbosa Ribeiro (PS);
7. **Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas:- Projeto de Resolução n.º 887/XIII/2.ª (PSD) - «Recomenda ao Governo a presença obrigatória de nutricionistas/dietistas nas instituições do Setor Social e Solidário que prestam cuidados a idosos»;- Projeto de Resolução n.º 1608/XIII/3.ª (PAN) - «Recomenda ao Governo a presença obrigatória de nutricionistas nas instituições que prestam cuidados a idosos»;**
8. **Fixação da redação final dos Projetos de Resolução n.ºs 1436, 1437, 1570, 1581 e 1593-XIII;**
9. **Fixação da redação final dos Projetos de Resolução n.ºs 826-XIII-2.ª, 1138, 1535, 1541, 1485 e 1524-XIII-3.ª;**
10. **Programa provisório da visita de trabalho à Região Autónoma da Madeira;**



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ACTA NÚMERO 167/XIII/3.ª SL

**11. Conferência Interparlamentar Estabilidade, Coordenação e Governação Económica na União Europeia, 16 a 18 de setembro, Viena: designação de dois Deputados dos GP do PSD e do PS (data-limite para inscrição: 17 de agosto);**

**12. Outros assuntos.**

---

O Senhor Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS), Deputado Feliciano Barreiras Duarte (PSD), deu início aos trabalhos da Comissão, dando conta do interesse de alguns cidadãos ali presentes em assistirem à reunião, o que mereceu a concordância de todos os Grupos Parlamentares. Posto isto, entrou-se de imediato na apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia, nos seguintes termos:

#### **1. Apreciação e votação de atas;**

Submetidas a votação, foram aprovadas por unanimidade as atas n.º 162, de 26 de junho, e n.º 163, de 27 de junho de 2018, não sem que antes a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) tivesse comunicado que apesar de constar desta última que o seu Grupo Parlamentar não havia indicado um membro para o Grupo de Trabalho – Terapêuticas Não Convencionais, a verdade é que entretanto já haviam adiantado para o efeito o nome da Senhora Deputada Carla Cruz (PCP), solicitando o Senhor Presidente que esta referência constasse expressamente da presente ata.

**2. Apreciação e votação do relatório sobre a COM (2018) 375 - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que «estabelece disposições comuns sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu Mais, o Fundo de Coesão e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, e regras financeiras para estes Fundos e o Fundo para o Asilo e a Migração, o Fundo para a Segurança Interna e o Instrumento de Gestão das Fronteiras e dos Vistos» (a remeter à CAE até 31 de julho)**  
**Deputado relator: Carla Tavares (PS);**

No âmbito do segundo ponto da ordem de trabalhos, a Senhora Deputada Carla Tavares (PS) apresentou de forma sucinta o relatório sobre a COM (2018) 375, dando conta dos objetivos, contexto e conteúdo da proposta, bem como da respetiva base jurídica e do cumprimento dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, concluindo a final pelo envio do relatório à Comissão de Assuntos Europeus. Submetido a votação, foi o mesmo aprovado com os votos a favor do PSD, do PS, do BE e do CDS-PP, e com a abstenção do PCP.



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ACTA NÚMERO 167/XIII/3.ª SL

**3. Discussão conjunta do Projeto de Resolução n.º 1700/XIII/3.ª (PCP) - «Recomenda ao Governo que assegure a gestão dos equipamentos sociais da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, e garanta o vínculo público dos respetivos trabalhadores e do Projeto de Resolução n.º 1755/XIII/3.ª (BE) - Recomenda ao Governo que diligencie para encontrar uma solução que mantenha disponíveis as duas creches e os três ATL da Junta de Freguesia do Centro Histórico do Porto»;**

A Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) pediu a palavra, solicitando o adiamento deste ponto para a reunião seguinte, atendendo à ausência, em trabalho parlamentar, da Senhora Deputada Carla Barros (PSD), que havia sido designada pelo seu Grupo Parlamentar para a discussão da matéria. O Senhor Presidente confirmou que este assunto seria então reagendado para a próxima reunião ordinária da Comissão, a 18 de julho.

**4. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1545/XIII/3.ª (PCP) - «Combate a precariedade e assegura a integração efetiva dos trabalhadores das diferentes Sociedades Polis na Agência Portuguesa do Ambiente»;**

Entrou-se de seguida neste ponto dos trabalhos, desenrolando-se a discussão nos termos que constam da respetiva informação, para os quais se remete, e registando-se as intervenções dos Senhores e das Senhoras Deputadas Rita Rato (PCP), Isabel Pires (BE), Álvaro Batista (PSD), Wanda Guimarães (PS) e António Carlos Monteiro (CDS-PP). A final, a Senhora Deputada Rita Rato (PCP), na qualidade de proponente, depois de concordar que esta iniciativa apenas poderia ser votada em tempo útil na reunião plenária de 18 de julho, transmitiu que o seu Grupo Parlamentar procederia à substituição do segmento resolutivo, que adotaria assim a seguinte redação: «A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição da República, recomendar ao Governo a integração efetiva dos trabalhadores das diferentes Sociedades Polis e do Gabinete Coordenador do Programa Polis na Agência Portuguesa do Ambiente.»

**5. Ratificação das votações indiciárias ocorridas em sede de Grupo de Trabalho - Deficiência: Projeto de Lei n.º 456/XIII/3.ª (CDS-PP);**

Neste ponto da ordem de trabalhos, foi concedida a palavra ao Senhor Deputado Flípe Anacoreta Correia (CDS-PP), que na qualidade de Coordenador do Grupo de Trabalho em epígrafe, assinalou a presença do Senhor Comendador José Arruda, Presidente da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), e nele cumprimentar



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ACTA NÚMERO 167/XIII/3.ª SL

todos os Deficientes das Forças Armadas (DFA), sempre merecedores de grande respeito e reconhecimento. Por outro lado, não quis deixar de registar o processo positivo e abrangente, que decorreu no mencionado Grupo de Trabalho, e que permitiu a que os diferentes partidos representados na Assembleia da República chegassem a um consenso, atribuindo o mérito aos DFA. Recordou que o projeto de lei do GP do CDS-PP foi apoiado desde o início pelos GP do PSD e do PCP, o que permitiu que tivesse baixado a esta Comissão para discussão e votação na especialidade, fase em que mereceu igualmente os votos a favor dos GP do PS e do BE, tendo até o GP do PS protagonizado uma proposta de alteração ao diploma, que foi aprovada, e que apesar de não corresponder na totalidade à ambição inicial da ADFA, resultava das cedências e das tentativas de aproximação características do processo legislativo, enaltecendo ainda a procura de soluções consensuais neste âmbito.

Interveio de seguida a Senhora Deputada Sofia Araújo (PS), que em nome do GP do PS agradeceu a presença do Senhor Presidente da ADFA, sublinhando ainda o trabalho desenvolvido por todos os DFA pelo nosso país, e acompanhando os elogios do Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) à forma como decorreu a atividade do Grupo de Trabalho e à possibilidade de alcançar um consenso, tendo em vista o mais justo resultado possível. Também a Senhora Deputada Sandra Pereira (PSD) cumprimentou o Presidente da ADFA e considerou que só foi possível alcançar esta solução em virtude do mérito da causa, no seguimento de uma reivindicação legítima decorrente de uma dívida nacional para com os DFA, que o país tem que cumprir e honrar pelos serviços nobres e relevantes prestados à Pátria. Assim, a majoração agora proposta visava precisamente reconhecer esses mesmos serviços.

Por último, também a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) cumprimentou o Senhor Presidente da ADFA e todos os DFA, em nome do seu Grupo Parlamentar.

No final, foram as votações efetuadas em Grupo de Trabalho devidamente retificadas por todos os Grupos Parlamentares.

**6. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 189/XIII/2.ª, da iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores de Call-Centers - «Regulamentação da actividade profissional de trabalhador de Call-Center, no sentido de ser considerada como profissão de desgaste rápido»**

**Deputado relator: Tiago Barbosa Ribeiro (PS);**



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ACTA NÚMERO 167/XIII/3.ª SL

Tomou da palavra o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS), que enquanto relator da petição aqui em apreço levou a cabo a apresentação do respetivo relatório, delimitando o objeto, que resultava desde logo do próprio título, e aludindo à audição de peticionantes e à informação obtida junto do Gabinete do Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Submetido a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade.

**7. Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas:- Projeto de Resolução n.º 887/XIII/2.ª (PSD) - «Recomenda ao Governo a presença obrigatória de nutricionistas/dietistas nas instituições do Setor Social e Solidário que prestam cuidados a idosos»;- Projeto de Resolução n.º 1608/XIII/3.ª (PAN) - «Recomenda ao Governo a presença obrigatória de nutricionistas nas instituições que prestam cuidados a idosos»;**

No sétimo ponto da ordem do dia, e depois de o Senhor Presidente ter referido o pedido de adiamento formulado pelo Grupo Parlamentar do PCP, pediu a palavra a Senhora Deputada Clara Marques Mendes, dando conta que esta matéria já havia sido votada na semana anterior, nos termos das novas regras para a discussão e votação dos projetos de resolução na especialidade, e descrevendo a tramitação já encetada. Deste modo, manifestou a sua surpresa pelo reagendamento da votação, apesar de o Senhor Presidente ter esclarecido que tal se devia ao facto de o Senhor Deputado do PAN, proponente de uma das iniciativas, não se rever no texto conjunto aprovado em Comissão, considerando que o mesmo não prejudicava a votação do seu projeto de resolução, tendo feito chegar esse entendimento à Comissão, e solicitando em consequência a votação correspondente.

De todo o modo, a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) manifestou a sua discordância com a repetição da votação, recordando até que o Senhor Deputado do PAN havia sido convidado para estar presente na reunião em que se concretizou tal votação, e que a reabertura desta questão poderia constituir um perigoso precedente no funcionamento da Comissão, deixando porém à consideração do Senhor Presidente a metodologia a adotar. Por fim, sugeriu que esta matéria poderia ser objeto de discussão numa futura Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares (CPCP).

Também o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) se associou às preocupações que antecedem, sem contudo deixar de relevar as dificuldades sentidas pelas forças políticas com uma representação parlamentar inferior para estarem



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ACTA NÚMERO 167/XIII/3.ª SL

presentes em todos os trabalhos parlamentares que lhes possam dizer respeito. Todavia, e tendo em conta que o Senhor Deputado do PAN não participara na discussão deste assunto, ainda que convidado para o efeito, considerou que as discussões não se podiam prolongar em Comissão de forma indefinida, acrescentando ainda que este pedido fora apresentado com menos de 24 horas de antecedência face à hora da reunião.

Por sua vez, o Senhor Deputado António Carlos Monteiro (CDS-PP) recomendou a todos os Senhores Deputados que haviam intervindo anteriormente que lessem a Súmula da última reunião da Conferência de Líderes (CL) e que constatassem a posição aí assumida pelo seu Grupo Parlamentar em relação a esta questão, que claramente parece não estar a funcionar. Assim, exortou os demais Grupos Parlamentares a tomarem medidas na CL com vista ao ajuste deste procedimento, e de forma a evitar as situações que se têm verificado, relembrando que o Regimento da Assembleia da República (RAR) não prevê nenhuma fase de especialidade para os projetos de resolução.

Já a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) referiu que o pedido de adiamento se fundara na indisponibilidade da Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) poder estar presente, tendo ainda mencionado que fazia sentido que fosse concedida ao PAN a possibilidade de explicar em que parte do texto aprovado em Comissão é que especificamente não se revia.

Deste modo, o Senhor Presidente sugeriu que o projeto de resolução do PAN fosse dado como prejudicado, de forma a dar resposta a este aparente impasse.

Interveio ainda a Senhora Deputada Wanda Guimarães (PS), que argumentou que deveria ser explicado ao PAN que a sua iniciativa já não existia, na medida em que havia sido englobada no texto final aprovado pela Comissão, pelo que já não seria possível repetir a votação de algo inexistente.

#### **8. Fixação da redação final dos Projetos de Resolução n.ºs 1436, 1437, 1570, 1581 e 1593-XIII;**

A redação final dos projetos de resolução em epígrafe foi fixada por unanimidade, nos termos propostos.

#### **9. Fixação da redação final dos Projetos de Resolução n.ºs 826-XIII-2.ª, 1138, 1535, 1541, 1485 e 1524-XIII-3.ª;**



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ACTA NÚMERO 167/XIII/3.ª SL

A redação final dos projetos de resolução em epígrafe foi fixada por unanimidade, nos termos propostos.

#### **10. Programa provisório da visita de trabalho à Região Autónoma da Madeira;**

O Senhor Presidente deu conta do propósito de estabilizar com a maior brevidade possível o programa desta visita de trabalho, tendo porém a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) solicitado o adiamento deste debate, em virtude da ausência da Senhora Coordenadora do GP do PSD, Deputada Maria das Mercês Borges (PSD).

#### **11. Conferência Interparlamentar Estabilidade, Coordenação e Governação Económica na União Europeia, 16 a 18 de setembro, Viena: designação de dois Deputados dos GP do PSD e do PS (data-limite para inscrição: 17 de agosto);**

Quer o Grupo Parlamentar do PSD, quer o Grupo Parlamentar do PS se comprometeram a comunicar o nome do respetivo representante até à próxima reunião da Comissão.

#### **12. Outros assuntos.**

No derradeiro ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente deu conta da realização de uma audição conjunta sobre as iniciativas relativas ao emprego de pessoas com deficiência na sexta-feira seguinte, 13 de julho, bem como da audição a realizar com o Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social na terça-feira da semana seguinte, 17 de julho, no seguimento de requerimento apresentado pelo GP do PCP, e aprovado por unanimidade na Comissão, a respeito da situação dos trabalhadores da Somincor, S. A. Já no dia seguinte (quarta-feira, 18 de julho), teria lugar uma audição com o Senhor Presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), que antecederia a última reunião ordinária da Comissão antes das férias de Verão. Por fim, deu conta da disponibilidade do Senhor Deputado José Rui Cruz (PS) para proceder à apresentação do relatório da Petição n.º 138/XIII/1.ª - «Solicitam que seja promovido um debate pela Assembleia da República sobre a erradicação da pobreza», apesar de a mesma não estar integrada na ordem do dia, o que mereceu a concordância de todos os Grupos Parlamentares.



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ACTA NÚMERO 167/XIII/3.º SL

Assim sendo, o Senhor Deputado relator começou por aludir à data de entrada da petição na Assembleia da República, ao número de subscritores e à obrigatoriedade de apreciação em sessão plenária, descrevendo de forma sucinta o objeto do peticionado e a pretensão de serem promovido um debate público sobre esta temática. Posto isto, foi ainda recordada a realização da audição de peticionários, bem como a existência de uma petição sobre matéria de certa forma conexas (a Petição n.º 243/XIII/2.ª - «Solicitam a adoção de uma estratégia nacional pela dignidade humana das pessoas em situação de sem-abrigo»), cuja discussão se encontrava já agendada para a reunião plenária de 18 de julho. No final, o relatório foi aprovado por unanimidade, com o agradecimento do Senhor Presidente pelo trabalho efetuado.

A reunião foi encerrada às 18:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 de julho de 2018.

**O PRESIDENTE**

**(FELICIANO BARREIRAS DUARTE)**





## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ACTA NÚMERO 167/XIII/3.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva  
António Carlos Monteiro  
Carla Tavares  
Clara Marques Mendes  
Feliciano Barreiras Duarte  
Filipe Anacoreta Correia  
Isabel Pires  
Joana Barata Lopes  
Joaquim Raposo  
José Rui Cruz  
Ricardo Bexiga  
Rita Rato  
Rui Riso  
Sandra Pereira  
Sofia Araújo  
Sónia Fertuzinhos  
Susana Lamas  
Tiago Barbosa Ribeiro  
Wanda Guimarães  
Álvaro Batista  
Francisco Rocha  
Laura Monteiro Magalhães  
Sandra Pontedeira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Moura Soeiro  
Maria das Mercês Borges

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carla Barros  
Pedro Roque